



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 15ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No primeiro dia do mês de outubro de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges
2 de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta:
3 **1º) Ata (Plen. Ord. 12ª de 06-08-15) e Expedientes; 2º) 7ª Conferência Estadual de Saúde –**
4 **Avaliação; 3º) Portaria GM n. 1073 de 23/07/2015, que dispõe sobre a reprogramação e o**
5 **remanejamento, no âmbito dos blocos de financiamento de saldos financeiros disponíveis até**
6 **31 de dezembro de 2014 nos Fundos de Saúde dos Estados, do DF e dos Municípios; - SES/RS**
7 **4º) Acompanhamento da Construção do PES – 2016 - Participação do CES/RS 5º) Lei**
8 **Orçamentária Anual-LOA – 2016;- SES/RS 6º) Assuntos Gerais. Titulares:** José Hélio,
9 Rosimeri Suzin, Ana Albernaz, Odil Gomes, Adão Zanandréa, Angela Duarte, Zilá Cohen, Ana
10 Valls, Alcides Pozzobon, Camila Jacques, Célia Chaves, Claudio Augustin, Sônia Pinheiro,
11 Alexandra Ximendes, Eni Bahia, Leila Ghizzoni, Luíz Bolzan, João de Deus, Eder Pereira, Sandra
12 Leon, Jairo Tessari, Ronaldo Bordin Carolina Gyenes, Alexandre Pires, Elson Farias, Aglaé Regina,
13 Inque Schneider. **Suplentes:** Carlos Martins, Maria Lúcia, Sandra Schmitt, Jeisson Vargas, Denise
14 Teixeira, Tatiane de Souza, Fernanda Marques, Terezinha Cardoso, Paula Fortunato. Célia abre a
15 plenária agradecendo as estudantes do curso de enfermagem do IPA, por estarem participando da
16 plenária como visitantes. Ela passa de imediato para a primeira pauta, botando em avaliação a ata da
17 12ª plenária ordinária do CES, ela relembra a plenária que não aconteceu devido a greve e informa
18 que terão três plenárias em outubro, duas ordinárias e uma extraordinária. Sem nenhuma proposta
19 de correção a ata, Célia põe a mesma em votação, a ata foi aprovada por unanimidade pela plenária.
20 Ela informa em expedientes que enviaram uma série de convites, e diz que receberam mais três
21 convites, um é da Comissão Especial dos Direitos das Mulheres, para uma audiência pública para
22 analisar a Rede Lilas de Porto Alegre, um outro convite da Comissão de Saúde e Meio Ambiente,
23 para audiência pública para debater sobre as perspectivas da CORSAN, em saneamento público
24 estadual frente as iniciativas de municípios de não renovação dos contratos em concessão com a
25 empresa, e o último convite é do Conselho Regional de Nutrição, para um seminário cuja temática é
26 águas, atividade integrante da semana da alimentação, ela diz que repassarão esses convites com
27 mais detalhes para os conselheiros. Célia passa para a próxima pauta, sobre a sétima Conferência
28 Estadual de Saúde, ela fala sobre alguns dados a respeito da conferência, diz que tinham a previsão
29 de três mil pessoas, e que não chegaram a esse número, e ao todo foram mil e quinhentos
30 participantes, entre delegados e convidados. Ela abre para os conselheiros fazerem suas observações
31 sobre a conferência. Adão diz que estão no mês estadual dos idosos, e que tem observado de que
32 não tem uma reflexão sobre a situação do idoso. Carlos Martins diz a respeito da conferência, que
33 deveriam mudar esse método da conferência que segundo ele, tem sido utilizado por mais de
34 quarenta anos e que acha esse método não democratiza as discussões, ele acha que a conferência foi
35 boa, mas que as propostas não foram boas, e que foram difíceis de entender. Ele diz que a escolha
36 dos delegados para os grupos de trabalho não foi boa, diz que demorou uma hora para descobrir
37 onde era o lugar do seu grupo. Ele diz que o lugar escolhido para a conferência não foi bem
38 adequado, diz que deveriam se preparar para a próxima conferência no ano seguinte, para que
39 possam evitar tais erros. Célia lembra ao conselheiro que faz trinta anos desde a oitava Conferência,
40 e diz que antes dessa conferência elas não eram democráticas e não tinham tanta participação como
41 hoje. Ela esclarece que grande parte do processo da conferência estadual veio dada pela
42 Conferência Nacional, e que eles não tem autonomia de realizar uma conferência do jeito que bem

43 entendem. Ela diz que o regimento que estabeleceu a sétima Conferência Estadual de Saúde foi
44 votado nesse plenário, ela também diz que tiveram um esvaziamento tremendo na comissão de
45 relatoria, e que por isso o processo de sistematização foi prejudicado e bem difícil de realizar. Ela
46 diz que o local era o único disponível gratuitamente, diz também que essa sugestão de antecedência
47 de um ano e meio antes da conferência não é possível e que segundo ela, só podem pensar na
48 conferência estadual a partir do chamamento da conferência nacional, que no caso deles aconteceu
49 em dezembro do ano passado, ela diz que em janeiro já estavam pensando no processo. Ela diz que
50 90% dos delegados acharam a tempo o local do seu grupo de trabalho, e diz que a formato também
51 foi decidido no plenário, e que o local e maneira como os grupos foram distribuídos foi realizado
52 pela comissão, e que ela fez o que estava ao seu alcance. Eni diz que a presidente esqueceu de falar
53 nos informes dos convites, sobre o Congresso da Pastoral da Saúde que será realizado na
54 Assembleia Legislativa do Estado. Ela diz que a conferência podia ser melhor, mas entende as
55 dificuldades que todos passaram no processo, ela aplaude o grupo de sistematização pelo seu
56 trabalho. Ela diz que pelo que ela ouviu de algumas falas de conferências nacionais que passaram
57 que esse modelo de conferência já está superado, e que eles têm a capacidade de ter outro modelo,
58 diz também que eles devem fazer um diagnóstico de todas as falhas não só dessa última
59 conferência, mas de todas as anteriores e fazerem uma análise. Ela diz que muitas dificuldades da
60 conferência aconteceram por falta de investimentos, e diz que apesar dessas dificuldades, ela acha
61 que a conferência foi boa, ela também pede um esclarecimento a respeito dos esvaziamentos dos
62 grupos de trabalho, diz que isso é grave. Jairo diz que 66% do seu segmento não só participou da
63 conferência, como participou efetivamente na organização e nos trabalhos da mesma. Ele diz que os
64 discursos feitos na plenária valem, mais muito pouco, diz que o que vale é a representação e os
65 discursos feitos nos ambientes em que os conselheiros deveriam estar, diz que é no Poder
66 Legislativo que as coisas se encaminham e que muitos conselheiros não vão lá fazer a pressão e
67 exigências que são feitas na plenária. Ele diz que deveriam avaliar as questões que foram
68 aprovadas, como a moção que repudiava os deputados que iam para as conferências para fazer
69 turismo que segundo ele, foi uma questão mal aprovada. Ele por fim, cumprimenta o conselheiro
70 Claudio pelo tratado que ele fez na conferência com as suas moções, diz que ele foi muito
71 competente. Ronaldo diz que ele fez algumas falas de que o modelo de conferência estava falido,
72 ele sugere a que seja feito um grupo de trabalho e de realizarem uma discussão política elevada
73 sobre um modelo alternativo de conferência, e que seja feito um seminário para discutirem sobre o
74 assunto. Célia diz que por decisão do Conselho Nacional, haverá uma quinta etapa na conferência,
75 que é a etapa de monitoramento, e diz que em cima disso, já podem começar a fazer um trabalho
76 das propostas que eles aprovaram. Ela diz que eles têm a obrigação como conselheiros de fazerem
77 na Conferência Nacional, com que as propostas virem políticas públicas na área da saúde, diz que
78 isso serve também para a proposta de alteração do modelo da conferência. Claudio diz primeiro que
79 concorda com o conselheiro Ronaldo, de que precisam discutir qual é o modelo de conferência
80 adequado. Ele diz que o fato de terem poucos delegados na conferência já era previsível, e diz que
81 em regra nas conferências municipais em que ele foi, tinham muito poucos usuários. Ele diz que
82 teve que insistir em algumas conferências municipais, para que mais delegados usuários
83 participassem, para os outros delegados participarem, diz que isso gerou problemas no final. Ele diz
84 que o grau de debates políticos nas conferências municipais era muito baixo, e que pautas do
85 médico, horários de atendimento e transporte para POA eram mais frequentes e que segundo ele, e
86 que esse processo reflete o nível que está o debate político do SUS. Ele diz de que eles têm
87 responsabilidade como Conselho Estadual de Saúde, de aprofundarem o debate da questão da saúde
88 do SUS em todo o Estado. Ele diz que em todas as conferências que ele foi, a fala dos prefeitos era
89 a mesma, que era sobre a falta de dinheiro para os hospitais. Ele sugere que seja feito um
90 aprofundamento no debate de que deve haver um conhecimento coletivo, de quais são as
91 responsabilidades do município, do estado e da união, e fazer com que haja uma compreensão dos
92 usuários, e fazer com que eles retornem ao processo de controle social e para as conferências de
93 forma mais eficaz. Ele entra no assunto da conferência, diz que os grupos de trabalhos no Julho
94 estavam bem mais cheios, diz que nessa questão metodológica pressupõe que haja uma distribuição

95 tanto de paridade quanto de número de pessoas para que os grupos sejam homogêneos. Claudio diz
96 que esse problema pode talvez ter afetado o resultado final da Conferencia, e defende essa
97 metodologia para a próxima conferência. Ele diz na questão da eleição dos delegados, que a eleição
98 de Tramandaí foi muito semelhante à de Porto Alegre, diz que teve problemas nas condições, mas
99 que não vê muitos problemas no processo. Ele diz que não concorda com o Martins de fazer grupos
100 por eleições gerais, diz que esse processo gerou problemas em conferências passadas. Ele diz que
101 na questão da relatoria, diz que fazer um documento sistematizado é um processo muito difícil e
102 que exige tempo e muita paciência, ele diz que se todos os municípios mandassem cinco propostas
103 por eixo, ia dar vinte e quatro mil propostas. Ele diz que como não tem critérios pré definidos de
104 como deve ser uma proposta, e que eles recebem propostas malfeitas. Ele acha que devem ter
105 critérios mais duros, e que as propostas ou diretrizes virem do município para a estadual, ele diz que
106 já fez uma proposta de que definissem no regimento, um critério da necessidade das propostas
107 serem sistematizadas pelo geral e não pelo particular. Ele diz que a sistematização era para estar
108 pronta na metade de agosto, mas o processo não foi apropriado por falta de gente, diz que a
109 qualidade foi boa, mas poderia ter sido melhor. Martins diz que o documento orientador foi muito
110 difícil de entender, e diz que devem esclarecer mais para os que não entenderam. João de Deus diz
111 que concorda com todos os comentários feitos, diz que sabe dos problemas que as pessoas tem de
112 entender essas sistematizações e concorda no sentido de que devem facilitar um pouco o
113 entendimento dessas questões. Ele diz que fica feliz com a presença das estudantes na plenária, e
114 diz que como controle social, devem discutir as políticas com a participação do povo. Ele diz que a
115 conferência foi boa, tiveram erros e acertos, ele também parabeniza o trabalho da presidente e do
116 vice-presidente, e diz que as discussões que virão não devem ser só reclamações. Ele informa sobre
117 o conselho gestor do Hospital Conceição, diz que vai haver uma reformulação de construção no
118 hospital que vai começar em abril, diz que ainda não se sabe o valor dos gastos que serão feitos. Ele
119 diz que a doutora Sandra Fagundes, vai procurar os recursos junto a bancada dos deputados
120 federais. Ele diz que isso deve passar pelo Conselho Municipal de Saúde e também deve passar pelo
121 Conselho Estadual de Saúde, e diz que está preocupado que estão construindo hospitais, e que as
122 UBSs estão com dificuldades não estão tendo a atenção que deveriam ter. Ele sugere para a
123 presidente se seria possível fazer um encaminhamento de entrar em contato com o Grupo Hospitalar
124 Conceição, e marcar uma apresentação deles sobre os números e os recursos públicos que serão
125 utilizados nessa reformulação. Odil relata todas as dificuldades que enfrentou quando se deslocou
126 para os outros municípios, diz que a conferência aconteceu em um dia tumultuado e em um período
127 de greves, parabeniza o trabalho que foi feito. Ele finaliza sugerindo uma avaliação sobre o que
128 aconteceu com o dinheiro do SUS no decorrer desses anos. Alexandra diz que essa Conferencia
129 Estadual foi um reflexo cumulativo da relação do controle social com os usuários e a população, diz
130 que não podem esperar daqui a quatro anos uma conferência com defensores ou militantes, se não
131 conseguem deixar no seu cotidiano que os usuários participem e opinem dentro dos serviços. Ela
132 diz que apesar das dificuldades e dos erros, achou a sistematização muito boa, não no sentido da
133 qualidade das propostas, diz que tem um problema grave em uma das propostas que não está
134 colocada na sistematização. Ela diz que nessa proposta que fala sobre a obrigatoriedade de vacina
135 de hepatite para salões de beleza, segundo ela não existe grupo específico para vacinação de
136 hepatite, ela diz que hepatite se vacina quem quer, é uma incoerência ter uma proposta como essa.
137 Célia interrompe a fala dizendo que ela e a conselheira Sandra Leon terão que se retirar da plenária,
138 diz que vai representar o CES na Semana da Rede Unida no Campus do Vale da Ufrgs, e que a
139 conselheira Sandra estará no mesmo local em outra atividade. Alexandra diz na questão de que
140 várias pessoas justificaram não participarem no processo das conferências, que foi pela falência do
141 processo e de não conseguirem que as diretrizes aprovadas na conferência se transformem em
142 pautas das gestões dos executivos. Ela diz que a sua defesa a continuidade do processo de
143 participação da conferência e de que eles constroem conceitos, trocam experiências e constroem o
144 entendimento dos rumos que querem. Ela diz que o que eles precisam avaliar nesse processo a
145 limitação dos momentos de possibilidade de manterem esses diálogos. Ela diz que em seu grupo
146 tiveram muitas propostas boas, diz na sua avaliação que essa disparidade numérica dos grupos de

147 trabalhos gerou uma disparidade no poder de decisão das propostas, e que esse foi o ponto ruim da
148 Conferencia. Ela finaliza dizendo que muitas pessoas saíram sem saber quais propostas foram
149 aprovadas para a Conferência Nacional, diz que o sistema foi muito feliz e agilizava o processo,
150 mas espera que na próxima vez ele venha para homologar as propostas enquanto a conferência
151 estiver em andamento. Luiz Bolzan diz que não pôde participar da etapa Estadual da Conferencia.
152 Ele faz algumas observações, uma delas sobre as pessoas que estavam previstas, diz que um dos
153 motivos foi a data, e ouvi de muitas pessoas enquanto estava na etapa municipal, que elas não iriam
154 a conferência por causa da Semana Farroupilha. Ele diz que outro motivo foi o corte dos repasses
155 aos municípios, diz que ele teve efeitos diversos e por isso os delegados não foram por motivos de
156 recursos. Ele diz que concorda em parte com a falência dos modelos das conferências, e com o
157 desrespeito a etapa Estadual e Nacional, mas com a etapa municipal ele não concorda. Ele diz que
158 entende que a etapa municipal do processo de conferência consegue dar conta das necessidades do
159 âmbito dos servidores, dos usuários e dos gestores, diz que conseguem tirar propostas mais reais.
160 Ele diz que na hora de passar para a etapa estadual existe um problema em trazer as demandas de
161 modo efetivo para a etapa nacional. Ele diz que o COSEMS se manifesta por ter participado da
162 mesa de abertura da Conferencia e não ter conseguido falar, diz que deveriam ter pelo menos três
163 minutos de fala. Claudio diz que não estava nesse momento e ficou sabendo depois, e diz que isso
164 não deveria ter sido feito, e que foi informado de que foi uma questão do protocolo. Ele diz que tem
165 várias questões importantes da conferência e que não se concluiu nessa plenária, faz uma proposta
166 de encaminhamento de que essa discussão sobre como se devem fazer uma conferência, seja
167 apartada para um segundo momento. Ele diz que receberam uma informação durante a conferência,
168 de que teriam 144 delegados para a Conferência Nacional, mas que não poderiam escolher mais
169 quatro delegados naquele momento. Ele diz que tem direito a mais quatro delegados e 16
170 convidados, diz que os delegados recebem o transporte do Estado, hospedagem e alimentação pela
171 União, e que os convidados só recebem alimentação da Nacional. Ele sugere de que discutam até a
172 próxima plenária de como realizarão a escolha dos delegados que faltam e os convidados, diz que
173 podem mudar os critérios ou fazer sorteio com os já eleitos, mas pede para que os conselheiros
174 interessados mandem propostas. Ele passa a palavra para a Maria Machado, professora do IPA que
175 pediu a palavra, Maria agradece por citarem os estudantes do IPA como visitantes, diz que fizeram
176 um movimento no IPA, e conseguiram conquistar uma disciplina de gestão em saúde no oitavo
177 semestre do curso de enfermagem. Ela diz que a partir desse semestre começaram com uma
178 proposta de vivência dos alunos nas instâncias participativas do SUS, para que eles se aproximem
179 da rede com um todo. Ela diz que tem um objetivo de que no próximo semestre, da possibilidade de
180 que os alunos possam participar de algumas comissões para que a participação seja mais efetiva.
181 Luiz Bolzan deixa registrado que mora no interior assim como outros conselheiros, e que desde o
182 começo do ano tem tido muitas dificuldades em receber o ressarcimento das passagens e também
183 para receber diárias, e que algumas vezes tiveram e outras não. Ele diz que ouviu de pessoas do
184 conselho e do governo do estado na conferência, de que o COSEMS estava muito ausente nas
185 plenárias do CES, ele diz que fica difícil ter que estar sempre presente tendo que bancar do bolso
186 pra vir para POA. Ele diz que muitas conferências municipais coincidiram em datas das plenárias
187 do CES, ele pede para o governo do estado para que agilizem para que ele e outros conselheiros
188 recebam as diárias, as meias diárias e as passagens. Claudio pula a pauta da Portaria GM nº1073,
189 devido a ausência da conselheira Aglaé, que vai apresentar a mesma, ele passa para a pauta do PES
190 2016 e passa palavra para a Liane, trabalhadora da assessoria de planejamento da SES. Liane diz
191 que a conselheira Aglaé vai chegar um pouco mais tarde, e até lá apresentarão o PES 2016 e deixam
192 um convite para que o CES possa ajudar na construção desse plano. Ela faz a apresentação, deixa
193 claro todo o andamento que tiveram, mostra os requisitos legais e todos os principais pontos das
194 fases e estratégias. Ela informa após a apresentação de que eles têm uma reunião todas as quartas-
195 feiras no quinto andar, e convida de novo o CES para participarem desse processo. Claudio abre
196 espaço na plenária para perguntas e questionamentos. Ana Valls diz que está faltando a questão
197 ambiental, e diz que não consegue ver os fatores de adoecimento, e a questão da vigilância em cima
198 desses fatores, e que sem eles não conseguirão resolver o problema de falta de saúde no Estado.

199 Liane responde que essa apresentação foi um pano de fundo e que ainda não está completo. Aglaé
200 diz esse chamamento da participação do CES nas reuniões é devido à críticas que a SES vem
201 recebendo em suas apresentações, diz que a hora de eles conversarem é agora. Ela diz que já
202 discutiu com o conselheiro Claudio, de que pelo menos cinco conselheiros da mesa acompanhassem
203 suas reuniões. Claudio aponta que duas discussões devem ser feitas, uma é a discussão do CES com
204 o governo e a outra é uma discussão do próprio CES. Ele reforça a necessidade de que mais pessoas
205 participem desses dois processos de discussão. Claudio passa para a pauta da Portaria GM n.1073, e
206 passa a palavra para a conselheira Aglaé fazer a sua apresentação. Aglaé introduz dizendo que essa
207 portaria dispõe sobre a reprogramação e o remanejamento, no âmbito dos blocos de financiamento
208 de saldos financeiros disponíveis até dezembro de 2014 nos Fundos de Saúde dos Estados, do DF e
209 dos Municípios. Ela diz que essa portaria foi trabalhada entre três gestores federal, estaduais e
210 municipais do SUS, diz que foi trabalhado em cima da situação de falta de recursos do SUS, e
211 afirma que tem muitos recursos e dinheiro parados, diz que tem recursos parados há oito anos
212 dentro dos fundos municipais e estaduais de saúde. Ela faz a sua apresentação sobre essa Portaria,
213 diz que ela foi publicada pelo Ministro, e que dá toda a base de quando podem ou não remanejar
214 esses recursos parados, seja nos fundos municipais ou estaduais. Ela diz sobre as principais
215 preocupações, e também os principais objetivos e todos os valores que serão usados. Ela diz que
216 essa portaria tem um propósito além de servir de alerta para os municípios de que o Estado está com
217 muitos recursos parados, serve também como um instrumento de flexibilidade somente para os
218 saldos até o final de 2014. Ela finaliza dizendo que terão uma reunião da CIB na sexta, ainda dentro
219 do processo de homologar os remanejamentos de 40% dos municípios. Claudio abre espaço na
220 plenária para os questionamentos. Camila diz que tem um lado positivo dessa iniciativa de usar um
221 dinheiro parado em vários municípios, mas diz que todo esse dinheiro parado demonstra uma má
222 gestão dentro dos municípios, que ocorre em várias situações com o dinheiro de vários blocos. Ela
223 diz que devem refletir nesse caso, de que o bloco que está perdendo mais dinheiro é o da vigilância
224 em saúde. Ela conclui que não estão usando recursos na vigilância em saúde por má gestão nos
225 municípios, e deixa a sua preocupação de até que ponto o gestor do município vai segurar esse
226 dinheiro parado, e parecer que esse dinheiro não é necessário para a vigilância em saúde. Ana Valls
227 diz que tem duas questões, a primeira delas é a respeito da fala da conselheira Camila, ela lembra
228 que em um Estado que tem menos de 2% de notificação de intoxicação por agrotóxicos, tirar
229 dinheiro da vigilância por que tem dinheiro parado segundo ela, é um crime. Ela diz que devem ter
230 100% de notificações de intoxicação por agrotóxicos, e diz que no Estado e no resto do país a cada
231 notificação de intoxicação por agrotóxicos tem pelo menos 50 não notificadas, não investigadas e
232 não criminalizadas. Ela diz na segunda questão que é a respeito do artigo 3º da portaria apresentada,
233 ela lê uma parte do artigo, "O remanejamento de eventuais saldos financeiros de que tratam esta
234 portaria, poderá ser realizado desde que sejam cumpridos previamente os seguintes requisitos;
235 Execução das ações de serviços previstos no respectivo bloco de financiamento...". Ela diz que
236 estão remanejando dinheiro sem ter executado as ações, por que os dinheiros ficaram parados e as
237 ações não foram executadas, ela diz que isso não tá previsto na portaria e o que está previsto é a
238 utilização de saldos disponíveis. Ela diz nesse caso, que a impressão que ela tem, é de que estão
239 remanejando e reprogramando dinheiro que não foi executado devidamente. Ela conclui deixando
240 essas duas preocupações, uma de que ela acha que essa reprogramação e remanejo tem que ser
241 repensado com cuidado, e a segunda é de que tirar dinheiro da vigilância que não está cumprindo
242 com o seu papel, é um problema que deve ser evitado. Odil Gomes diz que na programação
243 pactuada e integrada da atenção a saúde, o assunto que mais veio a tona era sobre média e alta
244 complexidade, e diz que a proposta foi prevenções de saúde, cujo objetivo seria a diminuição das
245 médias de alta complexidade e manter a avalanche de atendimentos das emergências. Ele diz que
246 um homem que era procurador do Estado, ele ganhou um cargo maior e segundo ele, todas as
247 propostas foram esquecidas. Jairo diz que não é bom tirar recursos da atenção básica e nem da
248 vigilância, e acredita que ninguém vai concordar para que isso aconteça. Ele diz que trabalham com
249 o Estado e não com governos, diz que no final de 2014 o Estado contratou com eles, serviços que
250 acreditaram que seriam liberados pelo Ministério da Saúde, o que não aconteceu. Ele diz que os

251 hospitais deles tem hoje contratos com o Estado, e que o mesmo não consegue pagar nem 80% do
252 que contratou, ele diz que eles tem que executar o contrato sobre pena de receber recursos menores
253 por não ter executado o contrato, e diz que o Estado não tem nenhuma punição por que ele não paga
254 nem o que ele não contratou. Ele diz que esse remanejamento de recursos que estão sobrando, se eles não
255 forem utilizados, no MAC eles vão. José Hélio diz que lhe causa estranheza saber que tem dinheiro
256 sobrando mesmo quando o estado se encontra em uma situação de várias perdas de dinheiro. Ele diz
257 que esse remanejamento para ele, é uma fuga do compromisso do Governo Federal de não cobrar a
258 verdadeira execução disso, e diz que não vê nenhuma redução do índice de doenças no Estado.
259 Terezinha diz que discutiram tudo o que foi colocado e apresentado, ela relata que quando assumiu
260 a direção da escola de saúde pública tinha um valor para a educação permanente desde 2008. Ela
261 diz que quando questionou sobre esse recurso parado não estava sendo utilizado, ela tinha respostas
262 de que eram por motivos desenvolver capacitações, burocracia e outros. Ela pergunta por que esse
263 dinheiro que estava parado desde 2008 não foi utilizado. Claudio diz que esse tema é relevante, diz
264 que existe uma prática do gestor de pegar o dinheiro que tem e depois e não utilizá-lo, ou de não
265 utilizá-lo porque não é do seu interesse político, e que isso acontece em todas as áreas. Ele diz que é
266 correto remanejar os recursos que estão sobrando, mas diz que eles não tem certeza se esses
267 recursos estão sobrando, e diz que um ato declaratório de que fizeram a vigilância não garante nada.
268 Ele diz que a assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas não fazem esse tipo de avaliação, diz
269 que o Tribunal de Contas faz do ponto de vista da legalidade e não se o dinheiro fio gasto de forma
270 necessária. Ele diz que pelo que está colocado, não deveriam tirar dinheiro nenhum da vigilância,
271 mas também concorda que esse dinheiro não deve continuar parado. Ele diz que devem fazer um
272 encaminhamento de aprofundar esse debate, e fazer uma discussão política em um outro momento,
273 para evitarem que o recurso seja mal utilizado. Ana Valls diz que ainda não tem um plano de
274 aplicação, por que ele tem que estar vinculado ao Plano Anual de Saúde, e que só foi apresentado na
275 plenária uma tabela com dinheiro. Ela volta a dizer que eles estão ilegais diante dessa portaria e que
276 segundo ela, eles não estão remanejando saldo disponíveis, e sim dinheiro que deveria ter sido
277 aplicado por diferentes motivos mas não foi aplicado onde deveria. Ela acha que deveriam avisar ao
278 Ministério da Saúde que nessa apresentação, o CES teve o entendimento de que a portaria está
279 sendo ferida em alguns artigos, e deixar que o Ministério da Saúde avalie a situação. Aglaé diz que
280 essa discussão da vigilância em saúde foi discutida pelo secretário adjunto nessa manhã na reunião
281 da CIB, e que foi dito que esse dinheiro parado mostra que todos devem olhar para a sua gestão seja
282 estado, vigilância e os municípios. Ela diz que essa situação está deixando todos os gestores
283 preocupados, por que vão perder recursos se não executarem efetivamente as suas ações agora, ela
284 diz que devem progredir agora e que não podem progredir do passado. Ela diz que se não
285 remanejarem o recurso, o Ministério pegará ele de volta e diz que não podem aceitar isso, e que
286 devem ser prepositivos e encontrar uma forma de acompanhar a partir do que pode ser feito. Ela
287 esclarece que dinheiro remanejado não vai para outros entes, ele é remanejado para o próprio gestor
288 para que o município que tenha saldo remaneje nas ações dele e dentro das suas necessidades. Ela
289 diz que Saúde do Trabalhador é um órgão que não pode remanejar, e que a portaria define que ele só
290 pode ser reprogramado para ser usado dentro do prazo de um ano. Ela diz que foi a primeira vez que
291 viu falarem de uma portaria que permitissem usar recursos de um bloco em outro. Ela diz no
292 questionamento do conselheiro Odil que o importante é fazerem com que os recursos serem usados
293 em benefícios da população. Ela diz no questionamento do conselheiro Jairo, sobre os serviços que
294 o Estado contratou, que essa pratica não se usa no SUS, diz que o SUS aprova o serviço, vê se tem a
295 capacidade entre outros, e diz que só autoriza e coloca no contrato depois que o Ministério da Saúde
296 libera o dinheiro. Ela diz que estão revendo todos os contratos, para que eles fechem com a
297 realidade daquilo que o prestador dá para o sistema, e diz que tem muitos contratos de prestadores
298 que não cumprem com o que está nele. Ela diz que estão trabalhando com os contratos feitos pelo
299 Estado, e diz que aqueles contratos que estão analisando não vão ser pagos 80 %, e sim 100%. Sem
300 mais questionamentos, Claudio diz que tem uma proposta de encaminhamento da conselheira Ana
301 Valls sobre a portaria ser ferida com essa apresentação. Ele propõe fazer outro encaminhamento de
302 que conselheira Ana Valls faça o seu questionamento por escrito para ser encaminhado para a

303 Secretaria da Saúde no sentido de tirar essa dúvida da conselheira, se não for adequado eles
304 encaminham para o Ministério. Claudio sugere votarem se não querem questionar sobre a
305 apresentação e que estão cientes sobre o assunto, e se não for aprovado encaminharão para a
306 Secretaria de Saúde um ofício com o questionamento da conselheira Ana Valls. Claudio põe em
307 votação na plenária, foi aprovado pela plenária o entendimento da apresentação e que nenhum
308 questionamento será enviado com 9 votos a favor, 6 votos contra e uma abstenção. Claudio antes de
309 ir para o último ponto de pauta sobre a lei orçamentaria sugere deixar a mesma para uma plenária
310 extraordinária na próxima quinta-feira, devido à falta de tempo. Aglaé sugere nesse assunto de que
311 nessa plenária tenha mais um item de pauta, de que seja apresentado e avaliado a pactuação dos
312 indicadores de todos os municípios. Claudio põe em votação na plenária o seguinte
313 encaminhamento de fazerem uma plenária extraordinária na próxima quinta com o último ponto de
314 pauta e a pauta sugerida pela conselheira Aglaé, a mesma foi aprovada pela plenária por
315 unanimidade. Nada mais havendo a tratar, Claudio Augustin deu por encerrada a reunião, da qual
316 eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela
317 Mesa Diretora. Porto Alegre, primeiro de outubro de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

Paulo Humberto Gomes da Silva
Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS